

Do papel para a ação

Benjamim Funari Neto *

A urgência na tomada de medidas que definam um cenário mais favorável para o País fez desta eleição um evento memorável. O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu apoio maciço da população, confirmou sua liderança e agora precisa mostrar a todos que sua reeleição tem um significado histórico e fundamental na vida dos brasileiros.

Estão na mesa todas as condições necessárias para se implantar no País, de imediato, um vigoroso processo de ajuste fiscal baseado no corte de despesas públicas e não no aumento de impostos. Todos anseiam por medidas eficazes que restrinjam os gastos da União, estados e municípios e que criem mecanismos de ajuste automático para a correção do déficit.

Paralelamente, urge implementar as reformas tributária e previdenciária, a flexibilização da legislação trabalhista e as leis

reguladoras da reforma administrativa. Para tanto, é fundamental o apoio e o comprometimento do Poder Legislativo, sem o qual não será possível realizar em poucos meses as mudanças necessárias e não realizadas nos últimos quatro anos.

A indústria eletroeletrônica, representada pela Abinee, está sofrendo com a falta de ações que possibilitem reverter o atual quadro de dificuldades e que ofereçam isonomia de tratamento em relação aos concorrentes do exterior.

Dentre estas ações, mencionamos a necessidade de se intensificar o combate ao contrabando, ao subfaturamento das importações e a todos os tipos de sonegação fiscal.

É preciso, também, rever os critérios para a concessão de

financiamento às exportações, hoje incompatíveis com a realidade do mercado internacional. O mesmo pode ser dito quanto ao Fundo de Aval e ao Seguro de Crédito à Exportação.

As greves dos auditores fiscais, a excessiva burocracia e os elevados custos dos procedimentos para importação e exportação têm de ser combatidos.

É igualmente importante a utilização de nossas embaixadas e consulados para a promoção do produto brasileiro no mercado mundial.

É necessário que o BNDES intensifique e amplie suas ações visando à recuperação da indústria de componentes já estabelecida no Brasil e à atração de empreendedores internacionais, evitando, desta forma, a degradação de um segmento que é fundamental para o de-

envolvimento tecnológico do complexo eletroeletrônico.

Com a recente privatização das telecomunicações e do setor de energia elétrica, é imprescindível assegurar, na prática, a prioridade de fornecimento para os produtos fabricados localmente, sempre que houver equivalência de preços, características técnicas e prazo de entrega em relação ao concorrente do exterior, coibindo a utilização do "dumping" financeiro.

Uma nova Lei de Informática precisa ser urgentemente estabelecida, pois os incentivos vigentes estão se encerrando, como é o caso do IPI que terminará em outubro do próximo ano.

O sentido de urgência e a disposição de iniciar já as ações do segundo mandato, destacados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no pronunciamento do último dia 7 de outubro, estão alinhados com a forma de pensamento do setor eletroeletrônico.

A criação do anunciado Mi-

nistério do Desenvolvimento coincide com a tese há muito defendida pela Abinee, que pleiteia a centralização das ações de política industrial em um único órgão, para evitar superposições e decisões muitas vezes conflitantes.

Confiamos que as ações confirmem o discurso. A iniciativa privada tem feito a sua parte, e os poderes constituídos precisam dar a sua contribuição efetiva. O País necessita disso e não pode esperar mais.

Acreditamos no futuro, porém vivemos um momento de grandes dificuldades, retratadas pelo crescente desemprego. A Abinee quer participar de fato das decisões, levando propostas que realmente contribuam para a retomada do crescimento. ■

* Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), engenheiro eletrônico formado pelo ITA, com pós-graduação na França, sócio-presidente da Milfra Indústria Eletrônica Ltda.

